

O CATARININA!

IMPRESSO

Nº 56

FCC . Fundação Catarinense de Cultura . Ano XII

Ayrton Cruz

ROGÉRIO SGANZERLA

No limite da vanguarda

Páginas 6 a 8

Flagrantes da música na lente de **Olívio Lamas**/
Página 5



Olívio Lamas

Catarinensidades:
Fórum traça o mapa das identidades culturais/
Página 11

O papel do Estado na organização da Cultura

Qual é, afinal de contas, o papel do Estado diante de uma cultura que pode existir, e de fato existe, independente dele ou à sua revelia? Tomamos aqui a Cultura em uma concepção intelectualista vinculada ao pensamento humano posto a serviço da fabulação e da criação artística.

Para início de conversa, uma ação cultural com origem na esfera pública deve ser não no sentido de enquadrar o criador cultural, mas no de contribuir para a sua consciência. Mais, deve promover o encontro entre o talento e a oportunidade. A oportunidade, neste caso, pode vir através de recursos pecuniários ou de programas públicos capazes de atender a uma demanda no setor. Uma política cultural é a maneira científica de sistematizar a ação que deve incluir um programa mínimo que atenda todas as áreas. As várias tentativas encetadas, neste ano, para se discutir a realidade cultural do Estado mostraram algumas peculiaridades que são reveladoras do momento sócio-político-econômico que estamos vivendo.

Quando se criaram as leis de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet, Lei do Audiovisual, leis estaduais) em todas as esferas, tanto em nível federal quanto estadual e municipal, a idéia do legislador era suprir uma demanda que deveria atender os criadores culturais com bons projetos, mas sem recursos para executá-los. Logo, os mecanismos disponíveis facultados pelas diversas leis se revelaram um "bom negócio" para as Fundações Culturais que tinham no sistema um bom amparo para seus objetivos e, também, para os produtores (aqueles que fazem a ponte entre o criador e o consumidor), o artista e o público.

Decorre que, melhor estruturados, Fundações e produtores acabaram por absorver a maior parte dos recursos disponíveis. Não sem razão, uma vez que há "escritórios especializados" em formatar projetos e vendê-los mediante uma porcentagem de comissão no caso de serem aprovados. Isso vale para as prefeituras do interior e para criadores que acreditam ser o caminho mais fácil. Todavia, o criador independente tem encontrado dificuldades na área.

Como os recursos são parcos, 10% de acordo com a avaliação deste último ano do que se precisaria para os projetos inscritos no Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, acreditam ser uma competição desleal. E como ficou constatado, também em nível federal, há uma necessidade de se reavaliar os critérios para tais aprovações e, também, um empenho no sentido de descentralizar o incentivo pecuniário, no caso federal,

do Rio de Janeiro e de São Paulo, e no caso estadual das cidades de Florianópolis, Joinville, Blumenau e Jaraguá do Sul.

Diante do exposto, abrimos espaço para ouvir a comunidade cultural do Estado, conclamamos a classe num encontro aberto a quem quisesse oferecer alguma contribuição para diminuir a distância entre o que deve ser feito, o que pode ser feito e o que, de fato, é feito. A primeira reunião foi em maio, no Teatro Álvaro de Carvalho, em Florianópolis, onde durante uma semana se discutiu a cultura. A polarização se deu sobre a escassez de recursos.

Em julho, houve o seminário promovido pelo Ministério da Cultura, o "Cultura para Todos", onde se ouviu as aspirações da classe cultural em 15 cidades brasileiras — Florianópolis, inclusive — e se bateu firme nos critérios para escolha de projetos, na descentralização e, também, na reforma tributária. Em outubro, tivemos uma audiência pública na Assembléia Legislativa, quando a gritaria (dos produtores) foi em cima dos recursos, dos poucos recursos para a área cultural; a sensação era de que alguns produtores estavam sentindo-se "lesados" nos "seus" negócios; é que a indústria dos projetos tornou-se um bom negócio para alguns. Finalmente, o Fórum Catarinensidades, de 27 a 31 de outubro, quando novamente se falou que os recursos para a Cultura são deficitários.

Não vamos passar a vida inteira ouvindo e constatando o que Darcy Ribeiro chamava de "obviedades". Precisamos ser criativos e podemos buscar inspiração na década de 70, quando vivíamos os "anos de chumbo", com censura prévia nos jornais. A liberdade de ir e vir, de expressão, de criação, tudo estava cerceado e, no entanto, nunca tivemos tamanha efervescência cultural na música, no teatro, no cinema, na literatura. A opressão sob a qual estávamos acabava fortalecendo a verdade, era a disposição que precisávamos para continuar perseguindo os nossos sonhos.

Hoje, a ditadura é econômica, mas onde estão as alternativas? O Estado não pode assumir aquele paternalismo ufanista que comandou o "milagre brasileiro", no máximo seremos parceiros de novas caminhadas. É o que pretendemos fazer junto porque, como ensina o mestre Otto Maria Carpeaux, a questão hoje não é de uma política cultural, mas de políticas culturais.

Todas elas, quando legítimas, são transformadoras, principalmente quando se entende que cultura se faz, não se consome nem se ganha de graça, muito menos se impõe.



Governador do Estado
Luiz Henrique da Silveira
Vice-governador
Eduardo Pinho Moreira
Secretário da Organização do Lazer
Gilmar Knaesel



Diretor-geral
Edson Busch Machado
Relações Públicas
Helga Zimmermann
Assessora de Informação
Chuchi Silva
Diretor-administrativo
Elio dos Santos
Gerente-administrativo
Jorge Hexsel
Consultor de Planejamento
Eduardo Macedo
Gerente de Projetos Culturais
Oldemar Olsen Jr.
Gerente de Patrimônio
Simone Harger
Gerente de Pesquisa
Lucilia Polli
Gerente de Apoio Operacional
Valmir Martins
Gerente do CIC
Caio Cavichioli
Responsável pelo Teatro Ademir Rosa
Margareth Westphal
Gerente de Oficinas
Mary Garcia
Administradora do MIS (Museu da Imagem e do Som)
Denise Thomasi
Administrador do MASC (Museu de Arte de Santa Catarina)
João Evangelista de Andrade Filho

Ó CATARINAI

Coordenador-geral e jornalista responsável
Olsen Jr. (DRT/SC 875)

Edição

Chuchi Silva

Direção de arte, editoração e ilustrações

Ayrton Cruz

Impressão

Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC)

Colaboraram nesta edição

Affonso Romano de Sant'Anna, Artemio Zanon, Dinivaldo Gilloli,
Éverson Faganello, Hugo Mund Júnior, Júlio de Queiroz,
Manoela de Borba, Marco Vasques, Paulo Markun e Péricles Prade.

Publicação da Fundação Catarinense de Cultura
(Lei nº 8.564 de 15/04/92, publicada
no Diário Oficial nº 14.427 de 23/04/92)

CORRESPONDÊNCIA

Fundação Catarinense de Cultura
Rua Eduardo Gonçalves D'Avila, 303
Santa Moônica — Florianópolis — SC — 88035-490
fone (48) 213-2000 — fax (48) 213-2016
web@fcc.sc.gov.br

Opinião

Nesta hora, num apartamento em João Pessoa, numa casa em Cuiabá, num condomínio em São Paulo ou numa cidade histórica de Minas, um autor está olhando, desolado, um ou mais livros seus inéditos sobre a mesa. E não passa praticamente um santo ou profano dia em que não encontre autores sobraçando livros inéditos e pedindo que os ajude encontrar um editor que se interesse por eles. Dir-se-ia que isto é normal. Não é, sobretudo, quando muitos desses já são autores de um, dois, três, quatro ou mais livros publicados até com alguma receptividade.

Não são, portanto, principiantes. Não são amadores. São pessoas que resolveram dedicar sua vida à escrita. Ou seja, para eles, escrever é uma opção vital. No entanto, não encontram o caminho da publicação. Alguns dizem que enviaram cópias para várias editoras. Ou não obtiveram resposta ou lhes disseram que seus livros são interessantes, mas não se encaixam na linha editorial. Outros, impacientemente, pensam editar o livro por conta própria ou através de uma fundação, mesmo sabendo que a não-distribuição estrangulará a divulgação. É uma situação injusta, estagnante e produtora de necrose na alma. É desolador. Ver dois, três, às vezes sete ou dez livros inéditos em casa, olhar os

suplementos, ver outros autores surgindo aqui e ali, enquanto se permanece no limbo com um estranho no ninho.

Livros natimortos

Affonso Romano de Sant'Anna*

Entendam que não estou me referindo a autores ruins, iniciantes desarmados para a vida literária.

Refiro-me a escritores que têm noção do ofício e já demonstraram competência. Daí que chamo de "livros natimortos". E isto merece alguns desdobramentos analíticos, antes que, tentando abater a dramaticidade da situação, se diga que sempre foi assim e que em outros países ocorre a mesma coisa.

Pena que não guardei, péssimo arquivista que sou, uma reportagem sobre o fenômeno semelhante na França. Tratando de livros que jamais chegarão aos leitores, a matéria, no entanto, referia-se ao fato que isto ocorria porque a capacidade de absorção do público já estava preenchida. (Digamos que seja um pressuposto ou uma conclusão discutível, pois, pelas leis do mercado e do marketing, você cria novas faixas de consumidores mediante a persuasão publicitária). Mas o fato é que lá existe já uma boa rede de bibliotecas, livrarias e um consistente público consumidor. Contudo, o que nos interessa assinalar na diferença entre o que ocorre na França, Alemanha, Itália, Espanha, Estados Unidos, Canadá etc. e aqui, é o fato de que, no Brasil, essa montanha de livros natimortos seria terraplana-da se houvesse mais livrarias e bibliotecas e mais campanhas sistemáticas de promoção do hábito de leitura.

Editores brasileiros alegam que não podem editar tudo o que recebem, mesmo que o material seja bom. E, de certo

modo, têm razão. Livreiros afirmam que se lhes dessem de graça os dois mil livros editados cada mês no país, não teriam lugar para expô-los. Outra verdade irretorquível.

Onde estão os nós da questão que afeta a todos nós? Em que nossa situação é mais patética que a dos europeus? O fato é que, no Brasil, existe um vasto espaço cultural e econômico ocioso. Produz-se para uma faixa mínima de consumidores sem nenhum projeto consistente, e de longo prazo, para alargá-la.

Quando dirigi a Biblioteca Nacional, constatamos que não estava no orçamento dos estados e municípios qualquer verba para aquisição de livros. Pensava-se, creio, que os livros tinham pernas e saíam andando das editoras para as estantes das bibliotecas por um heliotropismo literário. Havia, então, uns 3.000 municípios sem biblioteca. E, na maioria dos 3.500 que tinham, a situação era precária. Portanto, é evidente a conclusão: se houvesse um programa de compra de livros pelas bibliotecas públicas, poder-se-ia dizer que todo livro médio teria esgotado sua primeira edição, geralmente de três mil exemplares. O Instituto Estadual do Livro de Porto Alegre, que edita gaúchos, esgota, só naquele Estado, as primeiras edições de seus autores. A Fundação Cultural de Blumenau começa a editar os autores locais e distribuí-los nas escolas. E felizmente acabo de saber que em Minas começou um projeto para implantar bibliotecas em todos os seus municípios.

Contudo, há um mistério no Brasil. Há mais editoras que livrarias. Quase o dobro. Agora, imaginem se em vez de apenas 1.500 livrarias (a cada hora surge uma estatística diferente), tivéssemos, pelo menos, 20 mil a 30 mil livrarias? Tenho por hábito perguntar, quando estou numa cidade com 100 mil ou 200 mil habitantes, e que tem faculdades e até universidade, quantas livrarias possuem. Pasmem, às vezes, só há uma livraria ou papelaria, o que torna inexplicável o modo como os alunos estudam, mesmo levando em conta as copiadoras.

Portanto, estamos numa situação patética. Um país de autores sem leitores. Um país em que o livreiro não dá conta da quantidade de livros recebidos, não porque sejam inumeráveis, mas porque a perversidade do modelo econômico está na raiz da dificuldade de acesso aos bens culturais.

Há muitas variáveis nessa questão. A globalização agravou o encantamento que nossa alma índia sente diante de qualquer espelinho trazido pelo colonizador. Seja como for, há uma anomalia no mercado. Em termos econômicos, fala-se de "taxa de desemprego", "força de trabalho" e "demanda reprimida". Deveríamos aplicar isto ao universo simbólico. Há um desperdício da criatividade, como se, por falta de estradas e supermercados, estivéssemos deixando estragar lavouras inteiras de soja, café e cacau. Se na ditadura reclamávamos da repressão ao simbólico, na democracia temos que cuidar da demanda reprimida do imaginário dos criadores que, em última instância, reelaboram a força criativa do povo.

Enquanto isto, num apartamento em João Pessoa, numa casa em Cuiabá, num condomínio em São Paulo ou numa cidade histórica de Minas, um autor está olhando, desolado, um ou mais livros seus inéditos sobre a mesa. □

* AFFONSO ROMANO SANT'ANNA é escritor.

A privatização da cultura

Dinovaldo Gilioli *

Ultimamente o tema cultura tem ocupado grande espaço na mídia, com a polêmica sobre patrocínios culturais. Preocupados com possíveis mudanças na reforma tributária, que devem atingir as leis de incentivo à cultura, grandes empresas "patrocinadoras", agenciadores de projetos e produtores culturais questionam como ficarão os patrocínios daqui para frente. Há indícios de que as regras permanecerão as mesmas.

Antes do advento dessas leis, o patrocínio era o montante financeiro que as empresas extraíam da sua receita para investir na área cultural. Obviamente com um excelente retorno de marketing para a corporação; melhorando a sua imagem institucional perante a comunidade.

O que acontece hoje é muito diferente, as empresas, especialmente privadas, que se dizem patrocinadoras de cultura, simplesmente se utilizam de mecanismos de renúncia fiscal. Ou seja, deixam de recolher para o cofre público parte dos impostos que lhe são devidos, tais como IR, ICMS e IPTU.

Esse dinheiro que as empresas repassam para a área cultural se intitulando como patrocinadores de cultura, fatutando largo espaço na mídia e conquistando simpatia no imaginário coletivo, é dinheiro público. Obrigatoriamente elas teriam que pagar esses impostos.

Em síntese podemos dizer que o Estado, com as leis de incentivo à cultura, transfere para a iniciativa privada e outras instituições, como estatais, o poder de "patrocinar" com dinheiro público. Além disso, essas leis facilitam a sonegação fiscal através de projetos super faturados.

Como na maioria das vezes os critérios para esses "patrocínios" são poucos transparentes — isto quando existem — o que têm funcionado são os lóbbis, o troca-troca de favores, jogo de interesses, boas relações pessoais e/ou a sutil ou escancarada utilização da influência política partidária. E aí cabem algumas perguntas: Quem tem mais chance de conseguir um "patrocínio", um artista famoso ou um desconhecido? Um projeto na ótica da indústria cultural, do mercado, do mero entretenimento, ou outro que questiona o sistema vigente? Algo que favoreça os interesses da empresa, ou que os coloca em xeque?

A discussão é profunda; o que assistimos é um Estado cada vez mais ausente de seu papel social em relação à saúde, educação, segurança, cultura... É a privatização se espalhando de forma direta ou indireta, de forma clara ou sorrateira para quase todos os setores da sociedade. É a busca da consolidação do chamado Estado Mínimo, coqueluche dos neoliberais do passado e os de plantão.

Patrocínios culturais através da iniciativa privada são bem vindos, e nada contra eles. Desde que sejam bancados, efetivamente, com recursos próprios da empresa. Dinheiro público travestido de dinheiro privado é, no mínimo, vergonhoso.

A produção e o acesso aos bens culturais devem ser entendidos como um direito ao exercício da cidadania. Nesta lógica é imprescindível que se estabeleça neste país uma política cultural pública, amplamente debatida na sociedade e de acordo com os seus interesses. Uma política cultural que busque incluir os seres humanos na perspectiva da prática solidária, criativa e libertadora — condição fundamental para a elevação da auto-estima e de afirmação da identidade de um povo. □

* DINOVALDO GILIOI, diretor do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis — Sinergia e da União Brasileira de Escritores de Santa Catarina UBE.

Direito de resposta

Florianópolis, 6 de outubro de 2003.

Senhor Diretor Geral,

Tomando conhecimento da matéria veiculada no "Ô Catarina!", nº 54, edição de agosto de 2003, fls 4 e 5, cumpre-nos por obrigação moral, na condição de ex-Diretor Geral dessa Casa, restabelecer a verdade dos fatos dos seguintes termos:

1. A posse do atual Governo e dessa administração ocorreu em janeiro e não em março do corrente ano, como constou na matéria.

2. A "Sucata" que afirma haver constatado é herança deixada pelo Governo que nos antecedeu e que foi amenizada graças aos incansáveis esforços dos valorosos funcionários dessa Fundação, na recuperação dos móveis e utensílios, jardins, prédios etc.

3. Quanto aos recursos humanos mal-dosamente designados de "Funcionários desmotivados", podemos afirmar a essa Direção e ao povo do nosso Estado que não é verdadeiro. O zelo que teve a Administração a que pertencemos, em jamais atrasar os salários, inclusive as parcelas correspon-

doentes aos 03 (três) meses de dívidas salariais, a tônica da nossa conduta administrativa e Vossa Senhoria é testemunha disto, na condição de membro integrante do Conselho Estadual de Cultura em nossa Administração, sempre foi o respeito e dignidade do Servidor Público e por toda a seleta clientela e da FCC. Jamais permitimos a prepotência, arrogância a maledicência nos procedimentos interpessoais e funcionais.

4. O orçamento insuficiente para os custos operacionais, tão enfaticamente abordado na matéria, decorre da prioridade absoluta imprimida pelo então Governo instalado naquele período (1999 a 2002), a que pertencemos, em pagar as três folhas de salários em atraso, devidas pelo Governo que nos antecedeu e que somaram milhões de reais. Com a consciência desta prioridade, economizamos.

5. No que se refere aos quantitativos de possíveis obrigações a pagar, certamente os dados informativos estão à disposição dessa Direção Geral, já que, segundo temos conhecimento, os funcionários anteriores e responsáveis por este controle, permanece no mesmo setor de trabalho, com

todos os registros disponíveis. Diferentemente, convenhamos, de quando assumimos a Direção dessa Casa, com débitos assustadores e com todos os computadores deletados e arquivos físicos destruídos. Os Servidores dessa Fundação são testemunhas desta afirmação.

6. A "bagunça", a que se refere à matéria, causadora do atraso na aprovação dos projetos culturais, parece-nos mais um espasmo de incompetência do que uma versão da realidade. Houve, sim, demora nas nomeações dos novos Membros do Conselho Estadual de Cultura, bem como nas nomeações dos ocupantes de cargos de confiança, com alteração da sua Essência de competência e redução de quantitativos de cargos, para possibilitar o processo de descentralização administrativa instituído pelo atual Governo. Não é justo, portanto, atribuir-se os danosos e irreparáveis atrasos à Administração anterior, que legou a essa Direção Geral e ao Conselho Estadual de Cultura um completo "Relatório de Atividades" da EXAC, que implantou e administrou, com a absoluta responsabilidade e extrema dedicação, o Sistema Estadual de

Incentivo à Cultura (Lei nº 10.929/98 e Decreto nº 3.604/98), colhendo, como fruto, nada menos que 221 (duzentos e vinte e um) projetos aprovados, num total de R\$ 13.586.667 (treze milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais).

7. Ficamos satisfeitos com o reconhecimento de que duas das três etapas que compõem a restauração e reforma do Teatro Álvaro de Carvalho, foram concluídas por nossa Administração. Da mesma forma grande parte da reforma da Biblioteca Pública do nosso Estado e ampliação do imóvel destinado ao Museu Nacional do Mar, em São Francisco do Sul.

Assim, por força da Lei nº 5.250/67, artigo 26, solicitamos a especial gentileza de mandar publicar na próxima edição, com mesmo destaque da matéria veiculada, estes nossos esclarecimentos, necessários ao imperioso restabelecimento da verdade.

Atenciosamente,

IAPONAN SOARES DE ARAÚJO

Resposta à resposta

Para nós que estamos administrando a Fundação Catarinense de Cultura, basta a verdade, que não exige "obrigação moral", limitando-se apenas aos fatos. Ei-los, então:

1. A posse do atual Governo ocorreu, de fato, no mês de janeiro, como de resto a posse do Governo anterior e do anterior ao anterior, o que acontece sempre no mês de janeiro subsequente à vitória nas urnas. A composição da equipe da FCC é que se deu em março. Ambas as informações exigidas pelo missivista são irrelevantes para o leitor.

2. Se como afirma o missivista a "sucata" foi herança deixada pelo Governo que antecedeu a sua própria administração, então a coisa só piorou, porque o que encontramos foi de arrear: R\$ 358.036,38 relativos à dívida com FGTS, R\$ 393.511,17 relativos à dívida com INSS e R\$ 89.824,52 relativos à dívida com IPTU, entre outras dívidas já citadas na edição 54 de Ô Catarina!. A FCC deve administrar o Estado todo e não apenas o

CIC. Aliás, deve ir além dos jardins, do quintal, do feudo, da patota, do "etc" mencionado no item 2 pelo missivista.

3. Os salários da Fundação Catarinense de Cultura são os mais aviltados do Estado em relação às outras fundações administradas pelo Governo: Fatma (Fundação do Meio Ambiente), Funcitec (Fundação de Ciência e Tecnologia), Fesporte (Fundação Catarinense de Desportos), Fundação Catarinense de Educação Especial e Fundação Nova Vida. Um claro desrespeito à legislação, que prevê salários iguais para as mesmas funções dentro da mesma administração pública. Com a terceirização, o Governo paga cerca de R\$ 1.200,00 para um funcionário que acaba recebendo apenas R\$ 350,00. Como se chegou aqui? Um funcionário que ganha R\$ 350,00, só por milagre se consegue motivá-lo.

4. Não atrasar os salários é o mínimo que se espera de um governo, pelo menos destes aí mencionados. O zelo, o respeito e a dignidade seriam um esforço encetado no

sentido de diminuir esta discrepância, o que nunca foi feito.

5. O governo anterior lançou com grande pompa o Prêmio Cinemateca no valor de R\$ 1,4 milhão, mas não pagou, deixou a dívida para a atual administração e, para complicar, igualmente não deixou a dotação orçamentária respectiva. Também não honrou seu compromisso com a Cocali (Comissão Catarinense do Livro), que era a de adquirir 300 exemplares de dois títulos (mensalmente) de autores catarinenses para ser distribuídos nas escolas públicas do Estado. A Cocali aprovou 18 títulos em 2002, no valor de R\$ 61.050,00. Esta conta também não foi paga, nem deixada a respectiva dotação orçamentária. São dois exemplos do blefe, da má-fé, do grande embuste que foi a cultura na administração passada. Graças a essa "herança", a FCC não pode inscrever projetos na Lei Rouanet e na Lei do Audiovisual.

6. Concordamos com o missivista: mais que "espasmo de incompetência", ou pleto-ria de imobilismo, ou eructação de inoperân-

cia, delírio de ineficácia, hemoptise de ineficiência ou a superdimensionalização do nada, o ex-diretor-geral da FCC e sua retórica de burocrata inspira mais compaixão do que ira. Não vamos falar das 200 lâmpadas que precisaram ser substituídas logo em nossa posse na FCC, das goteiras em quase todo o prédio do CIC, de todo o telhado refeito, de toda a instalação elétrica substituída... talvez o missivista tenha sido a pessoa certa no lugar errado ou o homem errado no lugar certo, de qualquer maneira não precisava evocar a Lei de Imprensa para a sua defesa, estamos sempre abertos às idéias, boas idéias, grandes idéias, o que não foi bem o seu caso, mas abrimos exceção para idéia nenhuma.

7. Quase esquecemos, o missivista foi diretor-geral da FCC em dois mandatos: de abril de 1992 a dezembro de 1994 e de abril de 1998 a dezembro de 2002. O seu "dinamismo" amplamente reconhecido por todos deve ter contribuído, generosamente, para o atual estado das coisas.

Paulo Markun *

Fotógrafos de filme de Hollywood empunham suas máquinas como rifles de repetição ou metralhadoras — e têm a ansiedade de combatentes durante a batalha. Olívio Lamas não é assim. Em plena ação, você pode flagrá-lo com a câmera aninhada nos braços, como quem segura um bebê. Mas depois do ocorrido, lá surge ele com flagrantes que a sofreguidão de seus colegas deixou escapar.

Talvez esse comportamento seja resultado da vivência às margens de uma lagoa em Garopaba onde,



OLÍVIO

com paciência e perseverança, ele e suas meninas construíram no que era terra arrasada um refúgio cercado de mato e de bichos. Mas mais importante que identificar o que conforma seu estilo de trabalho, é apreciar o resultado de seu ofício. E para isso, bastam as fotos desse O Olho do Som.

Não são obras do acaso ou da sorte, mas fruto de um paciente garimpo. Ao longo de mais de 30 anos, por prazer ou compromisso, Lamas esteve, quase invisível, em platéias e coxias em São Paulo, Porto Alegre, Itajaí e Florianópolis.



Sempre com a câmera aninhada nos braços, flagrou os momentos em que a inspiração, o êxtase, o entusiasmo, o delírio vieram à tona durante apresentações de grandes criadores, famosos ou nem tanto.

Suas fotos demonstram que, mais do que ser ouvida, a boa música pode ser vista também. Basta dormir na pontaria, esperar o momento exato e disparar com a precisão de um atirador de elite. □

* PAULO MARKUN é escritor e jornalista. O texto acima foi escrito especialmente para o convite de abertura da exposição Olho do Som.



Textos de Rogério

*Sganzerla,
escritos antes
dele se tornar
cineasta
conhecido,
sugerem reflexão
sobre a validade
de procedimentos
de vanguarda
nos dias atuais*

A POTÊNCIA DAS VANGUARDAS

Éverson Faganello *

Qual é a validade, hoje, de um filme de vanguarda? Ou melhor, aos olhos de hoje, o que pode ser um filme de vanguarda? Ou ainda: qual é o significado de vanguarda?

Sim, vamos dar por descontado que a vanguarda, como foi conhecida ao longo de todo o século XX — movimentos de ruptura estética que podiam ser lidos como “à frente do seu tempo” — é uma idéia em evanescimento. Octavio Paz e Pasolini, ainda nos anos 70, escreveram sobre isso. O primeiro, em *Os Filhos do Barro*, detectou que a vanguarda é uma tradição, e o artista italiano (em *O Fim da Vanguarda*) constatou que escritores se tornaram aquilo que combatiam: pequeno-burgueses.

A lista dos motivos pelos quais as vanguardas se diluem (ou morreram, segundo alguns) é constantemente atualizada. Sensibilidade do espectador, fim das utopias,

fragmentação, subjetividade e outros temas das modernidades tardias povoam este debate. Os conceitos são instáveis nos dias de hoje.

Mas como não há um agora sem um antes, a discussão é importante especialmente porque, nos últimos dias, as instituições se esforçam em sucessivas homenagens a um dos principais expoentes da vanguarda cinematográfica brasileira, Rogério Sganzerla. Em toda a sua carreira, iniciada no ano (de vanguardas) de 1968 com *O Bandido da Luz Vermelha*, Sganzerla esteve à margem das instituições, e quase sempre à margem do mercado que busca o sucesso fundamentado em modelos industriais.

A vanguarda de Rogério Sganzerla também é importante porque é muito difícil encontrar, hoje, no circuito comercial, um filme que contradiga a linguagem dominante e que apareça com a força descrita por Octavio Paz: “movimentos juvenis; rebeliões contra a razão, suas construções e seus valores; o corpo, suas paixões e suas

visões — erotismo, sonho, inspiração — ocupam lugar primordial, são tentativas de destruir a realidade visível para achar ou inventar outra — mágica, sobrenatural, super-real”.

Não há a arte verdadeiramente pura. A arte se combina e mistura com a vida, material e espiritual, do artista e da sociedade, no presente e no passado. Uma obra de arte é fruto de tudo o que o artista aprendeu na escola, ou daquilo que aprendeu da vida, em sentido amplo. Então, se o cinema predominante de hoje reflete a sociedade, com ele vemos um mundo que manipula fórmulas, operações econômicas, sempre vinculadas ao público, ao mercado — o público consumidor está no centro de uma discussão tardia das vanguardas manifestas, por exemplo, em cartas de Glauber Rocha. Indústria, economia, capitalismo, nacionalismo, o povo, a arte, a política estatal, tudo isso se interrelaciona no mundo do artista que dá forma aos filmes.



As vanguardas

Foram as chamadas vanguardas, como as conhecemos no século XX, que nos colocaram no reino da incerteza — ou atestaram que não havia mais a verdade precisa como era buscada no século XIX. Isso se manifestou na psicanálise, na literatura, no cinema e em todas as artes. Esta vanguarda absorveu e influenciou uma diversidade de operações estéticas, teve vários nomes, influenciou artistas e o público, e deixou sinais, restos, sementes — toda a sorte de vestígios ao longo de muitos anos. “Em todas as sociedades as gerações tecem uma tela feita não só de repetições, como de variações; e em todas elas realiza-se, de um modo ou de outro, aberta ou veladamente, a ‘querela dos antigos e dos modernos’. Há tantas modernidades como épocas históricas. No entanto, nenhuma sociedade nem época alguma denominou-se a si mesmo moderna salvo a nossa”, escreve Octavio Paz no capítulo A Revolta do Futuro.

É possível identificar uma potência errante que gravitou e fortaleceu um sentido, um conceito de vanguarda. Essa potência se manifesta em procedimentos artísticos que se tornaram orgânicos em vários campos e, de maneira intermitente, apareceram ao longo de todo o século.

Aqui que entram textos de Rogério Sganzerla, alguns deles reunidos no livro *Por um cinema sem limite* (da Azougue Editorial) e escritos para o suplemento literário de O Estado de São Paulo em 1961, 1964, 1965. Portanto, antes de O Bandido da Luz Vermelha, “filme de autor”, como se dizia na época. Nestes artigos estão os fundamentos do cinema de Rogério Sganzerla, e de certo modo a sugestão de um arcabouço teórico para boa parte do cinema do século XX. O livro, nesta época de manuais e receituários de roteiro e direção, torna-se peça importante para os estudantes de cinema. Isso porque se nutre de uma diversidade que faz falta nas telas do mundo. No livro estão refletidas várias personagens

e atitudes do cinema moderno, e nelas estão partículas da vanguarda carregadas de potência, e que geraram os filmes posteriores do diretor.

No Brasil, a essência do debate econômico sobre cinema é a mesma há 50 anos: espaço nas salas, a integração latina, a participação da TV, o monopólio norte-americano, o papel do estado no fomento à indústria são temas históricos, já vivenciados por Humberto Mauro, que exerceu sua cinematografia pensando neles. Também sobre Sganzerla quase sempre se diz o mesmo: Bressane, Welles (tema recorrente dos anos 90) e O Bandido da Luz Vermelha. Às vezes reforçam-se as tintas sobre o temperamento do cineasta (seria mesmo um clichê da vanguarda, o de tornar o artista, tal qual a obra, um sujeito problemático)?

A vivacidade que a vanguarda de Sganzerla ainda injeta na cinematografia nacional é o questionamento da imagem constituída, ou das formas simbólicas já tão recorrentes que perdem o seu valor sensível. Enquadramentos industrializados. Vista pelo esquema teórico desenhado por Sganzerla em seus artigos, a cinematografia predominante nas telas do Brasil de hoje vive das toxinas do cinema clássico. Pelos referências do autor na década de 60, boa parte do cinema brasileiro pode ser lida como tradicional, um cinema que “pretende ser ideal e absoluto. Focaliza algumas personagens numa determinada época de suas existências, mas

fornece um juízo extra-temporal sobre suas atitudes. Constrói uma intriga, desenvolve-a até um clímax e a finaliza dentro de rígidos princípios de narração e descrição.

Não há dúvida, é um cinema construído, que alguns críticos chamam de arrumadinho”, escreveu ele em 1965, em *Noções de Cinema Moderno*.

Montagem automática da realidade

Mas o que há de diferente nos filmes de vanguarda? Várias vozes atuam, e dessas vamos destacar duas: a maneira de filmar o real e a montagem. No primeiro caso, a escrita automática dos surrealistas e o cinema neo-realista, e depois, a montagem de Sergei Eisenstein com a *nouvelle vague*.

Há uma aparente contradição entre o automatismo da escrita surrealista e a filmagem do neo-realismo. Um nutre-se do onírico, do transcendente, do incerto. O neorealismo cinematográfico (e suas variações), ao contrário, se ilude de poder imprimir a realidade objetiva, imediata, de colocar o tempo real em suspensão na película. O procedimento, contudo, é o mesmo. Da escrita automática surrealista vem o impulso imediato e sem filtros, análogo ao gesto realista — ou naturalista, segundo Pasolini reforça em *Medo do Naturalismo*: “O cinema é um plano-seqüência infinito — já o disse dúzias de vezes — é a ideal e virtual reprodução infinita, graças a uma máquina invisível que os reproduz tal e qual, de todos os gestos, atos, palavras de um homem, desde que nasce até morrer”.

Tudo passa a existir contínua e indistintamente, direta e naturalmente, automaticamente, inclusive os sonhos, devaneios, o autor, a obra, a impressão da realidade sem cortes e também o olho que vê — o Cinema Olho de Vertov, de 1923. Na pena radical de Pasolini, vida e cinema são a mesma coisa, e “... aqui acaba a discussão: porque nunca ninguém poderá tirar da cabeça de Moravia que o cinema é imagem e que, ao mesmo tempo, é em si mesmo naturalista; e ninguém poderá tirar da cabeça de Bernardo Bertolucci que os carregadores têm que falar como se fossem filósofos”. Ou precisamente: “A vida toda no conjunto das suas ações é um cinema natural e vivo: nisso é linguisticamente o equivalente da língua oral, no seu momento natural ou biológico”.

A escrita automática e sem cortes originária do surrealismo, procedimento transposto ao cinema, gerou posturas como as do neo-realismo: carregadores devem interpretar carregadores/as locações são mais verdadeiras do que o estúdio/a luz será natural etc. É um procedimento bem vivo e interessante. Com enorme diferença entre eles, está nos iranianos e no Dogma 95. Escreve-se o que sai do corpo e da mente e como sai. “A câmera é um objeto sensorial, o que só pode acontecer no universo do instinto”, diz Sganzerla em *A Câmera Cínica*. Imprime-se na película aquilo que está sendo visto pelo olho, sem filtros. Ou, segundo Octavio Paz, no tempo e no espaço a “pretensão de unir vida e arte”.



Ocorre que protagonista das primeiras vanguardas foi a máquina, e de filmes surrealistas como *O Balé Mecânico* (Fernand Legér) e da montagem por atração de Eisenstein (de princípios de construção opostos ao realismo) vem a postura anti-mimética dos anos 60, dos filmes de Godard.

São os cortes, a sobreposição repetitiva e descontínua, as associações abruptas dos signos — a velocidade quebrada — que, na montagem, elaboram a forma do filme de vanguarda, ou desconstruem essa forma, originária também de uma época fértil para a reflexão crítica em torno da língua do cinema.

O cinema de vanguarda no Brasil é uma tradição que começou com Mário Peixoto (depois dos filmes históricos, dos documentos, veio esse filme de vanguarda *Limite*); passou por Nelson Pereira Santos, com o neo-realismo *Sertanejo e do morro*, chegou em Glauber e Sganzerla. Entre os dois últimos, um conflito de vanguarda: subjetividade, crítica (numa entrevista ao Pasquim Sganzerla desautoriza o cinema novo), mas também ímpeto, ditadura, paranóia e um debate estético: “Numa época de clareza, neojoyceanismo?”, diz Rocha sobre Sganzerla e os paulistas.

Deixando de lado a política cinematográfica (Sganzerla não encontrou abrigo no projeto estético estatal que sempre criticava) e as razões sociais e históricas, Glauber Rocha e Rogério Sganzerla são diretores para quem, cada um a seu modo, a língua, a câmera, os cenários, os temas, a montagem e os textos que escreveram revitalizam a potência das vanguardas.

Hoje, no cinema brasileiro contemporâneo, obtém sucesso produções de formas mais simples e diretas, fundamentadas na pura representação. Desapareceu das salas (na verdade, sempre esteve restrito ao circuito marginal) o filme marcado pelo diagrama de tratamento de Rogério Sganzerla: descontínuo, múltiplo, complexo, ilógico e de incertezas. No cinema brasileiro, em nome da busca do público, é preciso que tudo seja claro e decidido. A câmera deve ser infalível na sua missão de estar à serviço da impressão da verdade, e essa verdade — decreta o capitalismo — só terá valor se o público dialogar com ela.

Hoje se busca o ângulo ideal. No cinema moderno, segundo Sganzerla, o ângulo é o possível, e o tempo é de olhar. Agora é tempo de saber. A matriz do filme de sucesso no mercado, justamente, se chama *Matrix*, e de certo modo lembra à crítica de Pasolini a certos filmes norte-americanos na década de 70: “A proliferação de espões e de cow-boys altamente tecnicizados, portanto, só na superfície surgiria como reedição filmada dos heróis da literatura burguesa de segunda ordem: heróis romanescos homólogos dos heróis econômicos do capitalismo concorrencial e do paleo-imperialismo. Estes espões e estes cow-boys tecnicizados constituíram, na realidade, um caso sutil de

interclassismo tecnológico, pois que seriam, sem dúvida, os heróis dos ócios de sociedades compostas no seu nível inferior de operários qualificados: fantasmas que visitam, seja como for, tanto o dirigente quanto o operário, tanto o tecnocrata quanto o técnico.”

No cinema de hoje, muitas imagens já não chocam e nem sensibilizam, porque são corriqueiras: os heróis, os pobres, a violência, o amor, o erotismo. Algumas dessas imagens (como a dos pobres) de fato se tornaram fantasmas institucionalizados no século XX, industrializadas, recorrentes, objetos de consumo de massa. Nos textos dos anos 60 é possível ver o esquema binário, dualista, com o qual a modernidade dividiu o mundo: cinema do corpo e cinema da alma/contínuo e descontínuo/lógico e ilógico.

A poesia moderna já dava, ela mesma, as pistas para que esse dualismo fosse novamente colocado em questão como está sendo hoje, ao ser visto com os olhos da pós-modernidade. “Entre o desejo e o espasmo/Entre a potência e a existência/ Entre a essência/E a descendência/Tomba a Sombra” (TS Eliot). Poetas e cineastas há muito — mesmo que isso não estivesse claro, mesmo sem perceber — já viviam essa possibilidade. As conexões sugeridas são muitas e se manifestam — como na escrita automática, no realismo e na montagem — de maneira inusitada.

Ao pensar nos interstícios, nos espaços intermediários, ao não abdicar de sua poética, no distanciar-se e ser distanciado das instituições (entre elas a do cinema novo) na câmera e na montagem, nesta singularidade do cinema de Rogério Sganzerla, gravita a potência das vanguardas. □

* ÉVERSON FAGANELLO é cineasta (dirigiu *O Capitão Imaginário* e *Fronteira*, entre outros) e professor de cinema.

Página 7: Helena Ignez com Arrigo Barnabé em *Nem Tudo é Verdade*, de 1985.
Página 8: (acima) Paulo Villaça e Helena Ignez em *Bandido da Luz Vermelha*, de 1968; (abaixo) Glauber Rocha



Resolvi iniciar um novo dia. Um dia diferente. Não ir ao trabalho foi minha primeira decisão. Não. Hoje não vou ao escritório. Nada de telefones buzinando, pedidos de memorandos, ofícios, agenda, reunião e a voz estridente do Dr. Robert explicando os próximos métodos adotados pela empresa. Nada. Estou na cama e já tenho a primeira demanda. Não vou trabalhar. Apenas isso não me satisfaz. Necessito fazer deste dia algo especial. O primeiro impulso me faz querer dormir. Sempre durmo. Todo o final de semana fico a ressonar. Se toca o telefone? Fico calada. Irritação. A casa permanece em silêncio. Aquela som se espalha. Bale na parede. Atravessa as portas. Em pouco tempo treme em meu corpo. O fato de me negar a atender leva um mínimo de significado. Quando toca eu fico atenta. Quantas chamadas? Se insistir pode ser algo de importante. Já decidi. Os atos das próximas horas serão destituídos de sabor. Como? Volta a tocar. Uma caravana de toques. Penso o que

horas. Sempre me refugio das dores de estômago com elas. Emily Dickinson é outro útero em que costume me aconchegar. Passo os olhos pelas lombadas de cada título. Tanto vigor, tanta nervura, desespero. Avanço e recuo. O último beijo que levei quase morri de desespero. A língua de Júlio começou a entrar em minha boca. Desesperado ele me beijava. Tremi. Sua língua se transformou numa furadeira, numa faca goela adentro até chegar às vísceras. E com uma força brutal se afastou levando muita coisa minha. A dor daquela faca ainda perturba minha carne. Cicatrizes. Olho para o guarda-roupa. Qual roupa vestir? Vestido, saia, blusa. Cada peça com uma história. Uma camisola que comprei para agradar Júlio. Uma camisola branca toda de renda balança no cabide. Ao abrir a porta o vento deu vida ao leve tecido. O vestido usado nos meus 15 anos. A roupa que usei na formatura da faculdade. Meu guarda-roupa tem um mundo dentro dele. Com aquela saia fui a tal restaurante, com a outra

peça ao cinema. Júlio sempre ia ao cinema. Era um cinéfilo. Dois filmes em especial marcaram nossas idas ao cinema. O primeiro foi "A Festa de Babette" e o outro foi "Como Água para Chocolate". Claro que após esses filmes tomávamos um bom vinho e tínhamos uma noite de amor. Amor? Nunca soube o que Júlio pensava. Um homem? Um mistério. Calado. Poucas vezes abria o sorriso. Meu quarto guarda um mundo de recordações. A penteadeira é antiga. Herdei de minha avó. Quando me olho penso no rosto de minha avó. Me lembrei de Borges. O labirinto que ele construiu através da imagem. Passo as mãos pela penteadeira impecavelmente envernizada. Um sorriso. Sento e me olho. O quarto continua escuro. Deito novamente. A primeira olhada na casa me deixou cansada. Tudo tão impregnado de vida, de lembranças. Uma multidão de imagens me bate. Acumulei todas as pessoas que já entraram aqui. E agora convivo com o vazio, com o nada. O único cheiro é o do cigarro. Acendo outro e fico olhando o teto, soltando fumaças para cima. Uma névoa sobre meus olhos. O telefone volta a tocar. Diante de tanta insistência logo imagino que seja alguém da empresa procurando por mim. Levanto e tiro o telefone da tomada. Assim tocará só para quem ligar e eu me livrarei daquele barulho chato, monocórdico e burro. Tento reagir. Faltei ao trabalho para fazer um dia distinto. Penso em começar limpando a casa. Antes vou ao banheiro. Passo uma água no rosto, olho para o espelho. Vamos! Viva! O que está esperando?, diz a outra. Tomo um banho demorado com a porta do banheiro aberta. Ao passar as mãos pelo meu corpo sinto há quanto tempo não sou tocada. Umas fisgadas e um pulsar tomam conta de mim. Ao me secar o toque sutil da toalha me provoca arrepios. Penso em Júlio. Sempre penso em Júlio porque, de todos os homens com os quais fui para a cama, ele era o único que não fazia perguntas evasivas. Não falava nada e o silêncio dele me preenchia. Após o banho comecei a abrir a casa. A primeira janela aberta me espetou os olhos. A claridade do sol feriu feito faca. Já as outras feriram menos. Casa aberta, crio alguma energia e começo a limpar tudo. Uma terapia. Enquanto limpo a casa minha mente fica despovoada. Uma ocupação terapêutica. Acredito que minha empregada não pense da mesma forma. Rosa levará um susto quando chegar, pois nunca ergui um só dedo para pôr alguma coisa em ordem. Certamente ela deve imaginar como uma pessoa consegue fazer tanta bagunça, criar tanto lixo e construir tanta desordem. Rosa tem a chave da casa. Então nunca nos encontramos. Quase nunca. Nos dias de pagamento nos encontramos.

Nunca troquei nada com ela. Nunca. E isso passou a me incomodar. Posso ignorar Rosa? Ela conhece muito de mim. E eu? Nada. Sei apenas que tem três filhos. O marido é um bêbado. O restante? Que mulher é? Qual animalidade? Sonhos? Se está bem? Se está contente com o trabalho? Continuo a limpar a casa e me esqueço um pouco da imagem de Rosa. Dr. Robert e Júlio também esconderei em um baú. Emudeci a voz de todos. Cada imagem tem um símbolo para mim. Nada é gratuito. Nada. Mesmo fechando os olhos um mundo de imagens se apresenta. Tento anular tudo. A limpeza está pronta. Uma leveza no ar. Deito na cama com lençóis novos e me sinto renovada também. Luz por toda a casa. A mesa vazia. Cheiro de limpeza. Penso em cozinhar. Primeiro só imaginando os odores que se espalhariam pela casa, depois já com um pouco de fome. Levanto e vou à cozinha. Espalho muitas panelas sobre a mesa. No forno elétrico coloco um frango inteiro a assar. Macarrão e arroz no fogo. Saladas. Carne ensopada. Bolinho de arroz. Almôndegas. Tomate e cebola. Alface. Abóbora. Coloco um pouco de carne na panela com muito tempero. Uma lasanha no forno do fogão. Ligo para o mercado e peço quatro garrafas de vinho. Os cheiros começam a se confundir. Uma mistura de tudo. Começo a fazer um almoço totalmente desconexo. Salada de frutas. Pudim. Tudo que encontro começo a preparar. Beringela. Massas. Arroz branco. Arroz com brócolis e passas. Maionese e purê de batatas. Molho. Mais saladas. Um bife enorme mergulhado no vinho. Ponho a mesa na sala para ter mais espaço. Uma toalha nova. Tigelas para os pratos. Coloco as seis cadeiras. Preparo a mesa para seis pessoas. Guardanapo, talheres, pratos. Lembro que é necessário uma sopa de entrada. Faço. Vou me equilibrando para que todos os pratos fiquem prontos mais ou menos no mesmo instante. O vinho chega. Pago. O rapaz me olha espantado. Fecho a porta. Na cozinha as fumaças se misturam. Paulatinamente a mesa vai ganhando cores, cheiros e sabores. Tudo preparado. Estou cansada. Tomo um banho. Abro a porta da frente. Sento na ponta. Meus olhos se enchem. Quanta comida! E eu sabia que não esperava ninguém. Mesmo assim imaginei cada cadeira ocupada. Conversei com cada convidado. Trocamos risos. Todos comeram e beberam. Agradeceram o banquete e se foram. Novamente sozinha e sentada na ponta da mesa, voltei a perceber que não havia convidados, mas mesmo assim insisti em vê-los, em tocá-los. O trânsito por minha casa continua imenso. ■

banquete

Marco Vasques *

estaria acontecendo do outro lado da linha. Quem quer ouvir minha voz com tanta insistência? Qual rosto estaria do outro lado? Seria um homem com voz poderosa? Não. Júlio não me liga faz três meses. Pára. Levanto. Vou até a cozinha. Na mesa grande, formigas caminham em procissão para dentro da xícara contendo um resto de café. A louça amontoada na pia. Chão com algumas manchas. O fogão com água colada no alumínio, uma água branca parecida com leite, mas não. Na sala tudo em ordem. Comecei a imaginar se minha cozinha de alguma forma representava algo de mim. Alguma coisa. Aquela desordem teria algo a ver com o mundo caótico da minha intimidade, com o caos que me arrebatava? Bobagem, pensei. Pois quem entenderia o que se passa comigo olhando a bagunça? Somente eu. O desleixo é mais pelo tédio do que qualquer outra coisa. Volto ao quarto. Tudo escuro, muito escuro. O cinzeiro ao lado da cama cheio de xepas, alguns livros na cômoda. Só mulheres. Clarice e Virginia são a salvação do meu enjôo e nojo das

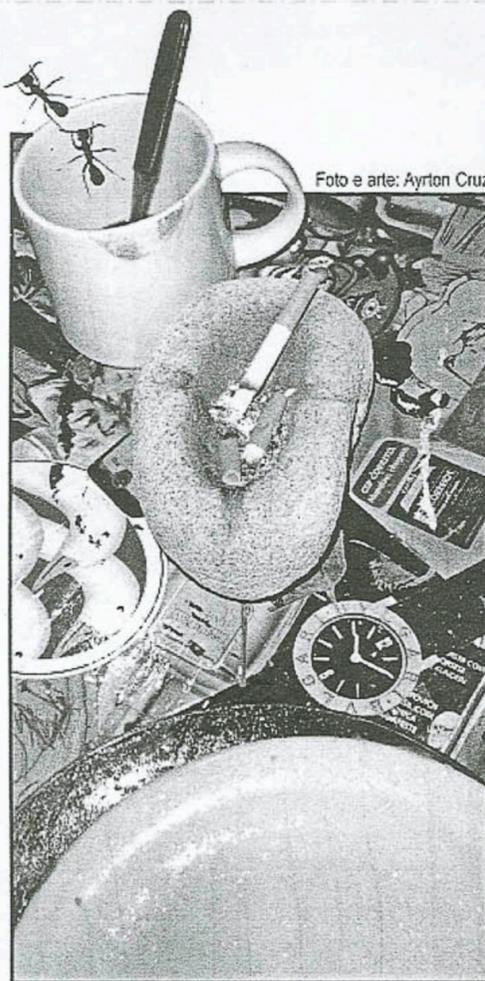


Foto e arte: Ayrton Cruz

* MARCO VASQUES é escritor.

O Gato

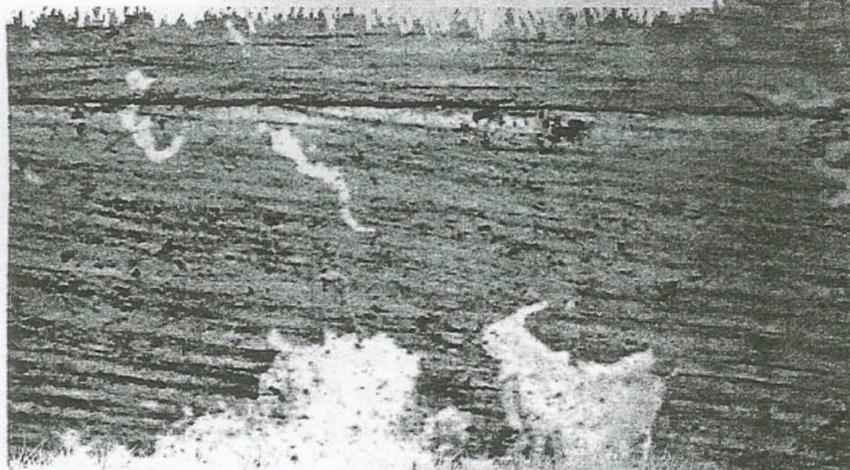
O gato, gato desses, bem comum,
adulto; após comer deitado fica
ouvindo, a sós, monótono lundum
que preso pássaro álaçre debica.

E dorme. E os cílios como que em debrum
vedam-lhe os olhos. Perna uma e outra estica.
E o pássaro interrompe o seu jejum
no alpiste que de quando em quando bica.

O sono traz-lhe o sonho e o sonho achega,
como uma dádiva de mesa lauta
Tudo a ele: canto, pássaro e gaiola.

Eis que desperta e findo o sonho chega:
o pássaro parece doce flauta
e o gato, em escutá-lo, se consola!

ARTEMIO ZANON nasceu em Perdizes (SC) atual município de Videira no ano de 1940. É membro da Academia Catarinense de Letras. O poema acima foi retirado do livro Lavoura Poética (EdUFSC, Florianópolis, 2002).



Nirvana Social

O filho sempre se drogava;
A filha embarrigava sem marido;
A mulher vivia novelas e engordava;
O marido só dormia, se embriagado.

O vizinho vendia as drogas;
Enfiava as crias na filha;
Dava doces para a mulher
E whisky de Paraguai para o marido.

Todos os anos,
Organizavam cinco festas de aniversário
Que sempre terminavam em brigas

JÚLIO DE QUEIROZ nasceu em Alegre (ES) em 1926. Reside em Santa Catarina desde a década de 70. O poema "Nirvana Social" foi retirado do livro Baú de Mascate (EdUFSC, Florianópolis, 1994). Júlio é membro da Academia Catarinense de Letras.

Leão Crescente

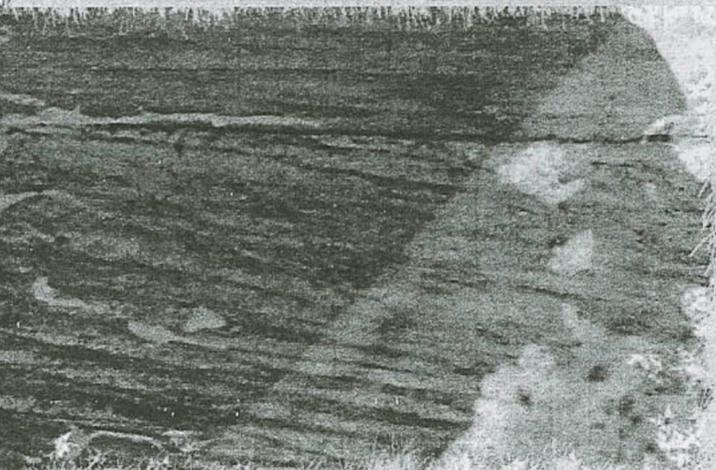
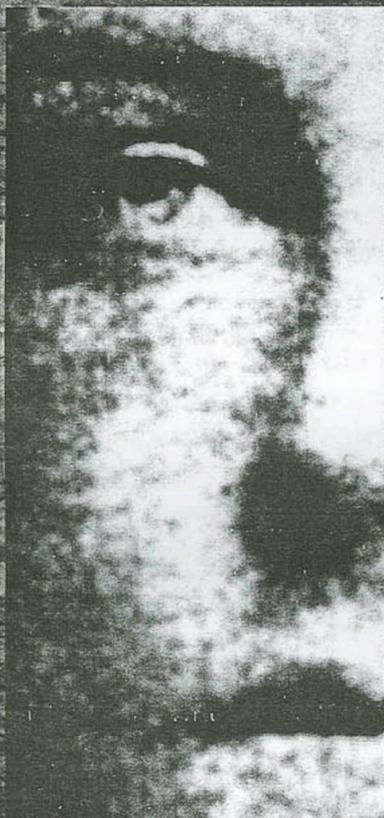
Os olhos de Rimbaud, pingentes azuis
sobre os sete abismos deste fardo

Temporada no Limbo, um passo à direita,
outro à esquerda, quando o chicote escarlate
do algoz subtrai uma geração de lâminas

Frotas de lanças brasantes, navio
de espasmos, motor de músculos
em direção de armada lâmpada

Crinas de talhos luzentes, assas trançadas
de espumas, o Céu assim é mais feroz
que o Leão crescente, morcego
das estrelas, animal amado como o ventre

PÉRICLES PRADE nasceu em Rio dos Cedros (SC) em 1942. Ao lado de Fábio Brüggemann foi editor da Letras Contemporâneas. O poema acima foi retirado do livro Jaula Amorosa (Letras Contemporâneas, Florianópolis, SC). Prade é membro da Academia Catarinense de Letras.



Fotos e arte: Ayrton Cruz

Paraíso

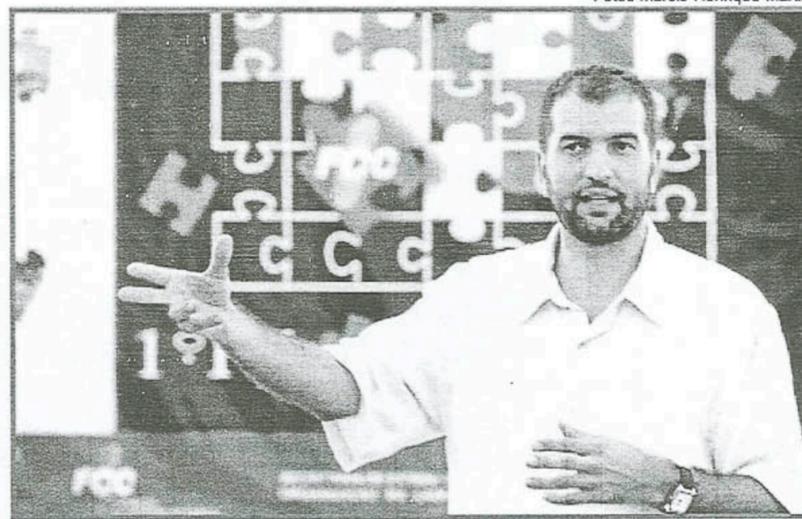
Começar neste odor de cais,
nestas ondas que marejam
as cercanias, cordames, pedras
verdes, uma âncora estrangeira,
um céu azul no gerânio em chamas.
O mar dispersa o sêmen, ligeiro
no estremeamento do seu agrado,
estampido que não é relâmpago.
Em trânsito pelo ar, o coração
é o fogo de um anjo, uma coisa
ilógica na continuação do dia.

HUGO MUND JÚNIOR nasceu em Mafra (SC) no ano de 1933. Integrou o Círculo de Arte Moderna de SC (Grupo Sul). O poema "Paraíso" foi extraído do livro Poesia Reunida (ACL, Florianópolis, 1997). Hugo Mund é membro da Academia Catarinense de Letras.





Cineasta Sylvio Back liderou os debates sobre Marketing Cultural



Fernando Brandt, diretor do Instituto Pensarte, de São Paulo, foi um dos 15 palestrantes do Fórum

Fotos Márcio Henrique Martins

Catarinensidades

Fórum discute a cultura e as identidades catarinenses

Incentivar a produção cultural e fazê-la circular é uma das prioridades do Governo do Estado, que tem na Fundação Catarinense de Cultura o principal instrumento para realizá-las. Artistas, produtores culturais, professores, estudantes e gerentes das 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional estiveram reunidos durante cinco dias, de 27 a 31 de outubro, no 1º Fórum de Cultura Catarinensidades, em torno de palestras e debates sobre a cultura em Santa Catarina.

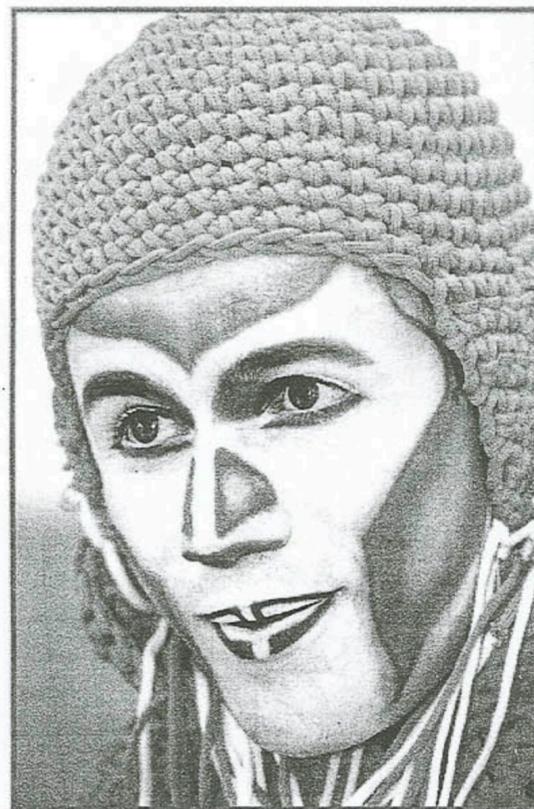
Numa homenagem às artes circenses, foi montada uma lona de circo com 20 metros de diâmetro no Parque da Luz, em Florianópolis, na cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz e entre palestras e debates, o público divertiu-se com intervenções de malabaristas, perna-de-pau, mágicos e ilusionistas. Na pauta, Leis de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet e Sistema Estadual), Identidade Cultural, Políticas Culturais, Patrimônio e Marketing Cultural.

Com apoio da Secretaria da Organização do Lazer, o Fórum teve como objetivos identificar e analisar os aspectos marcantes da cultura catarinense, estabelecer diretrizes para preservar e estimular esses aspectos, incentivar a produção cultural no Estado e promover interação entre vários segmentos culturais.

Para o diretor-geral da FCC, Edson Machado, o encontro provocou manifestações nas identidades e diversidades catarinenses. "Foi uma oportunidade de mapear as vocações, peculiaridades, ambições e possibilidades culturais do Estado". Machado explica que, a partir do primeiro semestre de 2004, "os fóruns serão

realizados em cidades do interior e terão como objetivo a construção ainda mais detalhada de uma política cultural".

Durante o Fórum, o gerente da Organização do Lazer de Chapecó, Celso Cecchin, esclareceu algumas dúvidas sobre o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura e estabeleceu alguns contatos. Cecchin acredita que o processo de descentralização da cultura não é imediato, mas já está se desenvolvendo. "A partir de um contato no Fórum, vamos realizar,



em março de 2004, uma palestra de Marketing Cultural, para que os empresários conheçam as formas e os benefícios de contribuir com a cultura. Queremos fazer com que os sete grupos de teatro de Chapecó circulem por Santa Catarina através das Secretarias Regionais", finaliza o gerente.

A participação dos gerentes da Organização do Lazer, afirma Machado, foi positiva e fundamental, já que eles são uma extensão do trabalho da FCC e levaram uma consciência maior da realidade cultural no Estado. Outro ponto destacado pelo dirigente cultural foi o processo de descentralização e democratização das ações culturais, que deve acontecer em conjunto. "Através das Regionais, a dança de Rio do Sul pode ser apresentada de São José a Chapecó, as esculturas produzidas em Dionísio Cerqueira circulam por todo o Estado até serem expostas no litoral, o livro editado em Lages é oferecido à população de todos os municípios catarinenses", exemplifica Machado.

O cineasta Sylvio Back, a professora Noemi Kellermann, o diretor e produtor de programas para televisão Regis Cardoso e o diretor do Instituto Pensarte de São Paulo, Leonardo Brandt, foram alguns dos 15 palestrantes que estimularam as discussões. Nesses cinco dias, cerca de 900 pessoas circularam pelo circo, dos quais 473 se inscreveram formalmente. Todos os debates e palestras foram gravados em fita cassete e em vídeo. O resultado é um documento que organiza as diretrizes e formula o plano de ação para o setor nos próximos anos.

VIRGÍLIO VÁRZEA: OS OLHOS DE PAISAGEM DO CINEASTA PARNASO

De Carlos Emílio Corrêa Lima. O autor faz um estudo sobre a obra do ficcionista catarinense, autor dos romances George Marcial (1901) e O Brigue Fibusteiro (1904) e, de acordo com apresentação de Sâncio de Azevedo, "busca flagrar o olhar desse escritor", um pioneiro na criação do gênero "paisagem" numa escrita revolucionária para o seu tempo. Editora da Universidade Federal do Ceará (UFC) e FCC Edições, 346 páginas.



CLÁSSICOS DO CINEMA MUDO

De Guido Bilharinho. Ensaio de crítica cinematográfica analisando filmes mudos produzidos na França, Alemanha, Estados Unidos, Dinamarca, Suécia, União Soviética e Brasil, a partir dos irmãos Lumière. No Brasil o foco cai sobre Gentil Roiz, Humberto Mauro e Mário Peixoto. Edição do Instituto Triângulo de Cultura de Uberaba, 298 páginas.



SETE TONS DE UMA POESIA MAIOR

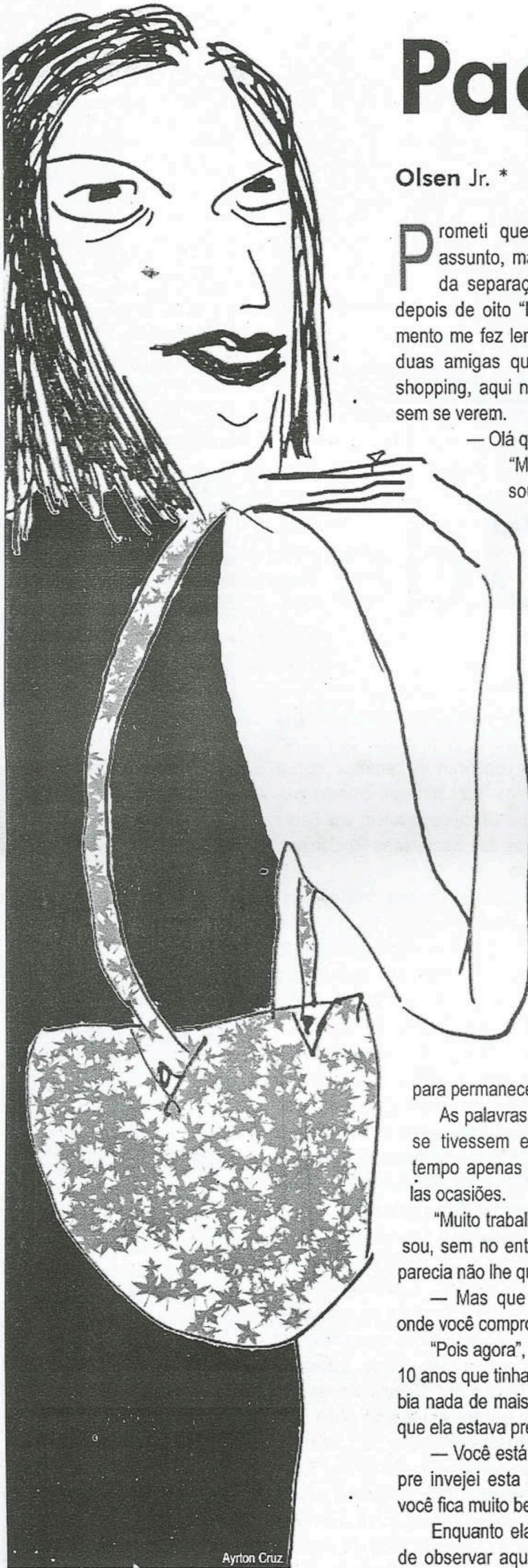
De Cláudio Veiga. Professor da Universidade Federal da Bahia e doutor em Letras, Veiga dissecou a obra do poeta Arthur de Salles, simbolista baiano, e seleciona poemas que apresenta dispostos em sete temas: Fluxo e Refluxo do Sonho, Amor e Admiração, O Sobrenatural, Lances de Epopéia, Flores e Frutos, O Céu e o Mar, Cenas e Paisagens. Editora Record, 146 páginas.



FABULAÇÃO 3

Publicação do Centro de Estudos Neolatinos da Paraíba. Contos, poesias, artigos e ensaios assinados por diversos autores. Nesta edição, há dois poemas do catarinense Alcides Buss (Recital e Astro-nauta). Edição da Universidade Federal da Paraíba, 52 páginas.





Ayrton Cruz

Paca, tatu, cutia não

Olsen Jr. *

Prometi que não ia falar sobre o assunto, mas não resisto. A notícia da separação de Adriane Galisteu depois de oito "longos" meses de casamento me fez lembrar a história daquelas duas amigas que se encontraram num shopping, aqui na Capital, após 15 anos sem se verem.

— Olá querida, há quanto tempo? "Muito tempo mesmo", pensou a outra, fazendo um breve cálculo, mentalmente, enquanto procurava o que dizer.

— Como você está bem...

Surpreendida com aquele encontro, nem pôde dimensionar o elogio que recebia, mas estava atenta à indumentária da amiga. Não tinha muita noção de etiqueta; intuía, entretanto, que aquele vestido negro não era a roupa mais adequada para se usar em uma tarde de um dia de semana para simples compras.

— Qual é a fórmula para permanecer jovem assim?

As palavras saíam em golfejos, como se tivessem ensaiadas durante muito tempo apenas para preencherem aquelas ocasiões.

"Muito trabalho... muito trabalho", pensou, sem no entanto dizer nada. A amiga parecia não lhe querer ouvir.

— Mas que blaser bonito este seu, onde você comprou?

"Pois agora", pensou, fazia pelo menos 10 anos que tinha aquela roupa, não percebia nada de mais, era comum. O que será que ela estava pretendendo?

— Você está bem mesmo, hein? Sempre invejei esta sua postura, tudo o que você fica muito bem.

Enquanto ela falava, não pôde deixar de observar aquele batom vermelho car-

regado, o que tornava a boca da amiga uma provocação desnecessária.

— Há! — exclamou — como tudo isso me cansa.

E aquela sombra no olho? O conjunto era por demais chamativo.

— Estou aqui há três horas e não gastei ainda os R\$ 2 mil que ganhei ontem.

Como havia mudado, não parecia ser a mesma com quem convivera em outros tempos.

— Você casou? Tem filhos? Como está a vida?

Ela falava muito rápido, em pequenos arranques, olhando para os lados, como se estivesse fazendo um esforço por estar ali, tendo de bancar aquela "quase obrigação" de conversar e ser agradável. Fez menção



de responder, mas a amiga insistia com outras referências.

— Eu consegui ficar casada por três meses, imagina, não sirvo para ficar fechada num apartamento, não dou para a coisa, entende? Quer dizer, dar eu dou, mas não... você sabe? Perguntou sorrindo e revelando os dentes (outrora brancos) com a cor amarelada da nicotina levemente pigmentada com o vermelho do batom.

A amiga tinha mudado muito, percebia sem esforço, punha um toque de vulgaridade em tudo o que fazia, falava ou gesticulava, parecia muito confiante na beleza do rosto ou do corpo, o que, apesar da idade (faziam aniversário no mesmo mês, dezembro, e do mesmo ano, 1953), sabia-o ainda era cobiçado.

— Gosto da vida que levo, sem horário para acordar, sem compromisso para fazer ou deixar de fazer isso ou aquilo, sem explicar nada para ninguém. Vou aonde quero, à hora que quero, com quem eu quero. Ganho meu dinheiro, não devo nada para ninguém. Viajo, passeio, tenho minhas aventuras... tudo sem compromisso. Quem quiser, tem de me aceitar como sou, livre, desimpedida, sexy, gostosa, cheia de vida, romântica, sonhadora, com tudo para ser "curtido" ainda... ah! Quer saber se sou feliz? E como querida... a propósito, fale um pouco de você.

— Dizer o quê? Não sabia por onde começar, principalmente porque todo aquele interesse parecia falso.

— Não vejo a hora, interrompe a amiga, de chegar em casa, ligar a banheira, encher de sais e me deitar naquela espuma... sei que deve ter pelo menos dois buquês de flores, cartões apaixonados, de admiradores que não dou a mínima, mas faço com que pareçam especiais, serem únicos, todos os homens gostam... como são tolos estes homens. Suspirou, e como se lembrasse de algo, repetiu:

E você, querida? Fale de você, o que tens feito?

Compreendendo o cinismo de tudo aquilo e no que sua amiga se transformara, não teve dúvidas:

— Ah! Eu... bem, eu também sou puta!

(*) OLSEN JR. é escritor e jornalista. Crônica transcrita do Anexo de 3/9/1999 e publicada com autorização